



INFORMATIVO SEGEN

SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Ed. Sede, 3º andar, - Bairro Zona Cívico-Administrativo, Brasília/DF, CEP 70064-900 - Telefone: (61) 2025-3226 | 3120

SUMÁRIO

Conheça um Pouco Mais da Nossa Equipe.....	02
Aniversariantes do mês.....	03
Notícias da DEP.....	04
Notícias da DIGES	11

PARTICIPE DA ELABORAÇÃO DO INFORMATIVO

Ajude a construir o Informativo da SEGEN!
Encaminhe suas sugestões para o e-mail: projetos.segen@mj.gov.br

Conheça a nossa Equipe!

Nesta seção do nosso informativo vamos apresentar o ativo mais importante: as pessoas. Cada edição apresentará uma parte de nossa equipe. Queremos que você conheça um pouco do trabalho de cada profissional.



ANNE CAROLINE BOGARIN MANZOLLI

Anne é natural de Foz do Iguaçu/PR. É formada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE), em 2012, e pós-graduada em Direito Militar em 2020. Servidora efetiva da Polícia Militar do Estado do Paraná desde 2013. Na Segen, atua no Setor de Criação e Desenvolvimento da Diretoria de Ensino e Pesquisa, desempenhando o trabalho de Designer Instrucional dos cursos. Seus hobbies preferidos são atividades ao ar livre.

DEP — Diretoria de Ensino e Pesquisa

FAGNER FERNANDES DOUETTS

Fagner é natural de Brasília/DF, e está no último ano do curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas. É servidor comissionado do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na Segen, atua no Setor de Criação e Desenvolvimento da Diretoria de Ensino e Pesquisa, desempenhando o trabalho de programador e designer de cursos. Seus hobbies preferidos são atividades ao ar livre e programação.

DEP — Diretoria de Ensino e Pesquisa



OZANDIA CASTILHO MARTINS

Ozandia é natural de Cascavel/PR. É formada em Ciência da Computação pela União Pan-Americana de Ensino e pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Servidora efetiva da Polícia Militar do Estado do Paraná desde 2013. Na Segen, atua no Setor de Criação e Desenvolvimento da Diretoria de Ensino e Pesquisa, e administra a plataforma de Ensino a Distância e a produção de cursos. Seus hobbies preferidos são pedalar e ler.

DEP — Diretoria de Ensino e Pesquisa

RENATO ANTUNES DOS SANTOS

Antunes é natural de Brasília/DF. É formado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Paulista (UNIP), no ano de 2010. Está cursando Pós-graduação em Engenharia de Software. É servidor da Polícia Militar do Estado do Paraná. Na Segen, atua no Setor de Criação e Desenvolvimento da Diretoria de Ensino e Pesquisa. Seu hobby preferido é praticar Jiu-Jitsu.

DEP — Diretoria de Ensino e Pesquisa



WAGNER HENRIQUE VARELA DA SILVA

Varela é natural de Natal/RN. É formado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2009. Servidor da Polícia Militar da Paraíba, desde 2011. Na Segen, atua como servidor mobilizado no Setor de Criação e Desenvolvimento da Diretoria de Ensino e Pesquisa. Seus hobbies preferidos são fotografar e praticar atividades ao ar livre.

DEP — Diretoria de Ensino e Pesquisa

Aniversariantes Janeiro e Fevereiro!

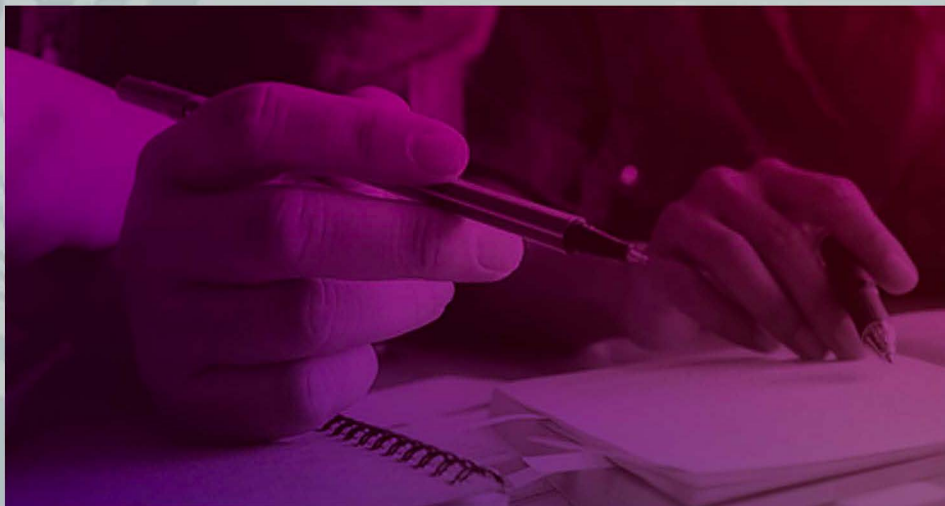
Vamos celebrar e parabenizar os nossos aniversariantes. Desejamos felicidades, saúde e sucesso a todos os nossos colegas que celebraram mais um ano de vida.

01/Jan	EMERSON SANTOS DE LIMA	DIGES
02/Jan	RENATA MADEIRA DE LEY BOTELHO DA CUNHA	DIGES
03/Jan	FÁBIO ALEXANDRE E SILVA	DIGES
04/Jan	LILIAN PAULINO DA SILVA NEGREIROS	DIGES
08/Jan	JOSÉ DE RIBAMAR DA SILVA PRIMO	DIGES
09/Jan	JOÃO FRANCO DE URZEDA JUNIOR	DIGES
14/Jan	JACKSON DOUGLAS DO NASCIMENTO SILVA	DIGES
19/Jan	MURILLO CARVALHO MONTEIRO	DIGES
22/Jan	JOSÉ BORGES DA FONSECA NETO	DIGES
23/Jan	NADIA LIMA DE BRITO	DIGES
24/Jan	JOSÉ CRISTOVÃO DE SOUSA VIEIRA	DIGES
26/Jan	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	DIGES
27/Jan	JOÃO ALBERTO MACIEL DE SOUSA	DEP
27/Jan	DANIEL FRANCISCO ESPÍNDOLA JÚNIOR	DIGES
28/Jan	SIONEI RICARDO LEÃO DE ARAUJO	DEP
29/Jan	ALESSANDRA MENDES PAZETO	DIGES
30/Jan	KEILA SILVEIRA VASCONCELOS	DIGES
30/Jan	SHEYLA SOUSA DE ALBUQUERQUE	DIGES
02/fev	VICTOR MATURE FELIX DA SILVA	DIGES
03/fev	DIEGO AIRTON MAIA DE MORAIS	DIGES
05/fev	IVANILDO ALVES PEREIRA	DEP
05/fev	ZULMIRO JOSÉ MACHADO FILHO	DEP
10/fev	GERLANE DE SOUZA ALENCAR	DIGES
10/fev	VINÍCIUS AUGUSTO DE MATTOS LAMBERT SOARES	DEP
11/fev	LORENA MEIRELES DA SILVA	DEP
12/fev	SUELI PEREIRA DE LIMA SILVA	DIGES
16/fev	MARCOS EDUARDO DO NASCIMENTO	DIGES
17/fev	GEISIELE BATISTA DE ARAUJO	GAB/SEGEN
17/fev	MAURÍCIO DE ARAUJO SILVA	DEP
18/fev	GEICIANE DE OLIVEIRA BATISTA	DIGES
18/fev	RAQUEL CAVALCANTE CAMPOS	DEP
22/fev	ROBENILSON JUCÁ HYACINTH	DIGES
26/fev	LUCIMEIRE FERREIRA MACHADO	DIGES
26/fev	FRANCISCO LIMA DE MIRANDA	DIGES
29/fev	EDICARLA BATISTA DA SILVA	DIGES



DEP INICIA TRATATIVAS COM CICV PARA DEFINIR DIRETRIZES SOBRE A ELABORAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE DIREITOS HUMANOS

O Memorando de Entendimento celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), publicado no D.O.U nº 1 de 4 de janeiro de 2021, prevê em seu Plano de Ação, especificamente na área de capacitação, colaborar com o desenvolvimento do conteúdo das ações educacionais ofertadas pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen).



Durante a reunião foram definidas diretrizes sobre a elaboração de conteúdos a serem utilizados em possíveis novos cursos na modalidade presencial e a distância sobre Direitos Humanos.

Com intuito de iniciar as tratativas no tocante a capacitação dos agentes de segurança pública foi realizada videoconferência, por meio da ferramenta Microsoft Teams, na manhã da quarta-feira (10), com representantes da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Segen e do CICV.

Durante a reunião foram definidas

diretrizes sobre a elaboração de conteúdos a serem utilizados em possíveis novos cursos na modalidade presencial e a distância sobre Direitos Humanos. A iniciativa faz parte das áreas de atuação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas,

estabelecidas por meio do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, que tem como objetivo regulamentar a Política e reformular o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

DEP LANÇA CAPACITAÇÃO EM DETECÇÃO DE FRAUDES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Na segunda-feira (8), a Diretoria de Ensino e Pesquisa lançou o curso “Detecção de fraudes em licitações e contratos públicos - Aspectos Introdutórios”. A capacitação para detectar fraudes em contratos públicos é voltada para os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O curso, disponível na plataforma de Ensino a Distância da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Rede EaD-Segen), possui dois módulos, sendo “Contratos Públicos: Aspectos Conceituais e Gestão Interna, Prevenção da Corrupção” e “Integridade e Transparência Pública”, com

carga-horária de 30 horas/aula.

Ao final dos módulos, os agentes de segurança pública serão capazes de conhecer e identificar os aspectos teóricos de fraude e corrupção nas contratações públicas, detectar os indicadores de risco de fraude em licitações, técnicas de detecção de fraudes e aplicar os indicadores de riscos no monitoramento de licitações.

Os interessados em participar do curso “Detecção de fraudes em licitações e contratos públicos - Aspectos Introdutórios” devem se cadastrar na plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (S i n e s p)

https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-cadastros/public/precadastro_envio_link.jsf. Após a validação dos dados do profissional, o Módulo EaD-Segen é adicionado aos sistemas e fica disponível para acesso. Para quem tem cadastrado no Sinesp, basta entrar no portal com login e senha e acessar a Rede EaD-Segen.

Link do curso:
http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/deteccao-de-fraudes-em-licitacoes-e-contratos-publicos-aspectos-introdutorios

Link do canal no Telegram EaD-Segen:
<https://t.me/joinchat/AAAAAESKmwQ1UIYApNvIQz\zz>

ESTUDO CIENTÍFICO, MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS E REVISÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL

O grupo focal multirregional composto por nove profissionais das Guardas Cíveis Municipais, reuniu-se, na semana de 1º a 5 de fevereiro de 2021, em Brasília/DF, para validar as informações levantadas nos cinco grupos focais anteriormente realizados, relativos às atividades de profissiografia e de mapeamento de competências do cargo de Guarda Civil Municipal, consolidando as informações em instrumento único de pesquisa.



Foto: Nome Sobrenome/Local

O “Estudo Científico, Mapeamento de Competências e Revisão da Matriz Curricular do cargo de Guarda Civil Municipal, é desenvolvido pela Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada da Diretoria de Ensino e Pesquisa (CGPA/DEP), em conjunto

O “Estudo Científico, Mapeamento de Competências e Revisão da Matriz Curricular do cargo de Guarda Civil Municipal, é desenvolvido pela Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada da Diretoria de Ensino e Pesquisa (CGPA/DEP)

com os Departamentos de “Psicologia Social e do Trabalho” e de “Administração” da Universidade de Brasília (UnB).

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA APLICADA– CGPA

Criação do REPOSITÓRIO SUSP (virtual) junto à Biblioteca do Ministério da Justiça e Segurança Pública com publicação de estudos, a exemplo de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs), elaborados por profissionais do Susp;

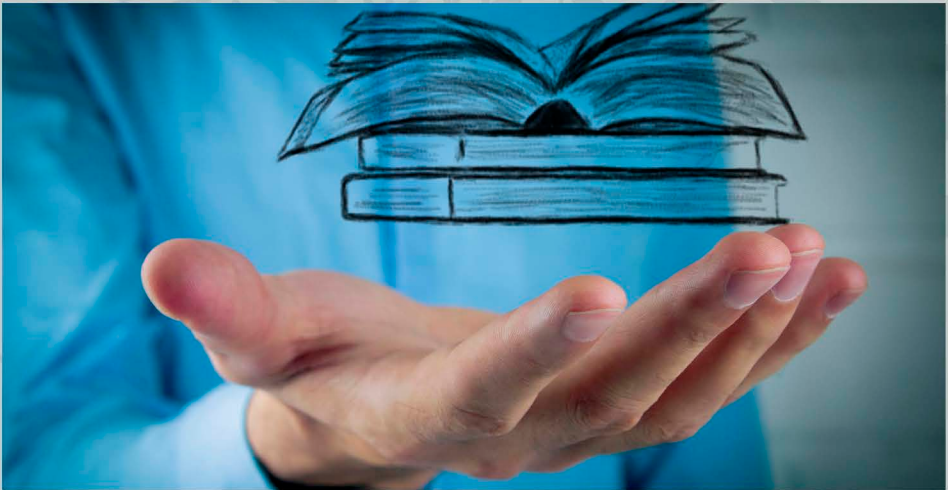


Foto: Nome Sobrenome/Local

REALIZAÇÃO DO
ESTUDO CIENTÍFICO
MAPEAMENTO DE
COMPETÊNCIAS E
REVISÃO DA MATRIZ
CURRICULAR DO
CARGO DE GUARDA
CIVIL MUNICIPAL.

Criação do REPOSITÓRIO SUSP (virtual) junto à Biblioteca do Ministério da Justiça e Segurança Pública com publicação de estudos

Esta pesquisa foi contratada junto à Universidade de Brasília (UnB) para realizar o levantamento profissiográfico e o mapeamento de competências profissionais do cargo de guarda municipal, com a finalidade de

subsidiar a atualização da Matriz Curricular da Guarda Municipal e as ações de capacitação promovidas pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen).

DEP DISPONIBILIZA VERSÃO ESPANHOL DO CURSO CRIMES CIBERNÉTICOS – NOÇÕES BÁSICAS

A Diretoria de Ensino e Pesquisa disponibilizou na Rede de Ensino a Distância da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Rede EaD-Segen), nessa quarta-feira (10), o curso “Delitos Cibernéticos - Nociones básicas”, versão espanhol do curso “Crimes Cibernéticos – Noções Básicas”.

Com foco nos profissionais de segurança pública de países membros do Mercosul, esta é a sétima capacitação disponível neste idioma na plataforma. A iniciativa integra o compromisso assumido pelo Brasil que visa a cooperação e o fortalecimento da Segurança Pública dos países envolvidos.

O curso “Delitos Cibernéticos - Nociones básicas” visa ajudar na identificação de delitos cometidos no meio virtual, bem como na identificação dos recursos tecnológicos mais utilizados pelos criminosos no ciberespaço. A capacitação proporciona aos discentes conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuarem de forma segura, operar os principais softwares e recursos de buscas eletrônicas que possibilitem a descoberta, a aquisição, a preservação e o processamento de dados presentes em ambiente cibernético. Os agentes ainda serão preparados para orientar as vítimas e a população em geral sobre como se



Capacitação, que oferece noções básicas do tema, é voltada para agentes de segurança pública de países membros do Mercosul

prevenir e se defender em relação aos crimes virtuais.

Os interessados em participar do curso “Delitos Cibernéticos - Nociones básicas” devem se cadastrar na plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp)

https://seguranca.sinesp.gov.br/sinesp-cadastros/public/precadastro_envio_li nk.jsf.

Após a validação dos dados do profissional, o Módulo EaD-Segen é adicionado aos sistemas e fica disponível para acesso. Para quem tem cadastro no Sinesp, basta entrar no portal com login e senha e acessar a Rede EaD-Segen.

Link do curso: “Delitos Cibernéticos - Nociones básicas”

http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/delitos-ciberneticos-nociones-basicas

Link do canal no Telegram
E a D - S e g e n :
<https://t.me/joinchat/AAAAAESKmWQ Q1UIYApNvIQz\zz>



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGEN

EM 2020, FORAM REALIZADAS
126.467
CERTIFICAÇÕES NOS CURSOS EAD



DEP LANÇA CURSO PARA APRIMORAR PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO EM CRIMES DE FEMINICÍDIO

A Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) lançou, no início do mês, o curso “Aspectos Procedimentais do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio”, destinado a uma formação interinstitucional de peritos e investigadores. Esse já é o segundo curso sobre o tema e faz parte do compromisso assumido pelo Ministro André Mendonça de ampliar a capacitação dos profissionais de segurança pública. O primeiro curso, de caráter introdutório, teve como objetivo apresentar a relevância da criação de um protocolo específico para crimes violentos contra a mulher, e foi disponibilizado em outubro do ano passado a todos os integrantes do Sistema Único de Segurança Pública do País.

O Diretor de Ensino e Pesquisa da Segen, Marcos de Araújo, explica que, ao concluir a capacitação, os profissionais estarão aptos a identificar as diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres: “Essa iniciativa mostra a importância de oferecer uma capacitação mais específica para difundir os procedimentos operacionais e os cuidados que os profissionais devem tomar ao investigar crimes com indícios de violência contra a mulher, assegurando que o tipo penal não se perca por imperícia dos atores da investigação”, disse.

Com quatro módulos e carga horária de 60 horas-aula, o segundo curso é destinado a peritos e agentes de investigação. O conteúdo irá abordar temas relacionados às diligências investigativas e aos aspectos procedimentais do protocolo, tanto da perícia criminal e medicina legal quanto da perícia médico-legal. O material do curso foi desenvolvido por



Foto: Agência Brasil

Capacitação é voltada para peritos, agentes de investigação e médicos legistas envolvidos na investigação de crimes contra a mulher

delegados, agentes de investigação e médicos legistas com expertise na investigação desse tipo de crime. Mesmo com um conteúdo voltado ao atendimento de especificidades da atividade investigativa, todos os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) que possuem cadastro na Rede Sinesp poderão se inscrever. A capacitação on-line será oferecida por meio da Plataforma de Ensino a Distância da Segen/MJSP e os interessados já podem realizar as matrículas.

Acesse aqui o curso Aspectos Procedimentais do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio: http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/aspectos-procedimentais-do-protocolo-nacional-de-investigacao-e-pericia-em-crimes-de-feminicidio

SOBRE O PROTOCOLO

O Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio foi desenvolvido pelo Projeto de Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (ProMulher), da Secretaria Nacional de Segurança

Pública (Senasp/MJSP). Teve a contribuição do Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil e do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica.

O Protocolo, lançado em junho de 2020, prevê que os profissionais sigam um padrão desde o registro da ocorrência até a conclusão da investigação criminal, assegurando as diligências necessárias para colher as evidências e compreender a dinâmica e autoria do crime. Também determina que seja instaurado imediatamente Inquérito Policial nos casos de morte violenta de mulher e, no caso dos exames periciais, que seja dada prioridade aos atendimentos relacionados às ocorrências de feminicídio.

A criação do protocolo é uma entrega que contempla políticas públicas estruturantes e de longo prazo, pilares consolidados na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

COORDENAÇÃO DE DOCTRINA E CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA - CDCI

Ensino a Distância

10 Edições do Curso de Inteligência Cibernética: Produção de Conhecimento com Segurança - 1.271 aprovados

3 Edições do Curso de Introdução à Atividade de Inteligência: 2.593 aprovados

TOTAL: 3.864 APROVADOS

Ensino Remoto Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência de Segurança Pública: 37 aprovados
TOTAL: 37 APROVADOS



Produção de Conhecimento com Segurança - 1.271 aprovados

Ensino Presencial

Curso Básico de Business Intelligence Aplicado à Segurança Pública (CBI)–Brasília/DF: 35 aprovados;

Treinamento para Operação de Equipamentos de Contramedidas – Brasília/DF: 3 aprovados;

Treinamento de Tratamento de Dados de Inteligência – Brasília/DF: 17 aprovados. TOTAL: 55 APROVADOS

COORDENAÇÃO DE DOCTRINA E CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA - CDCI

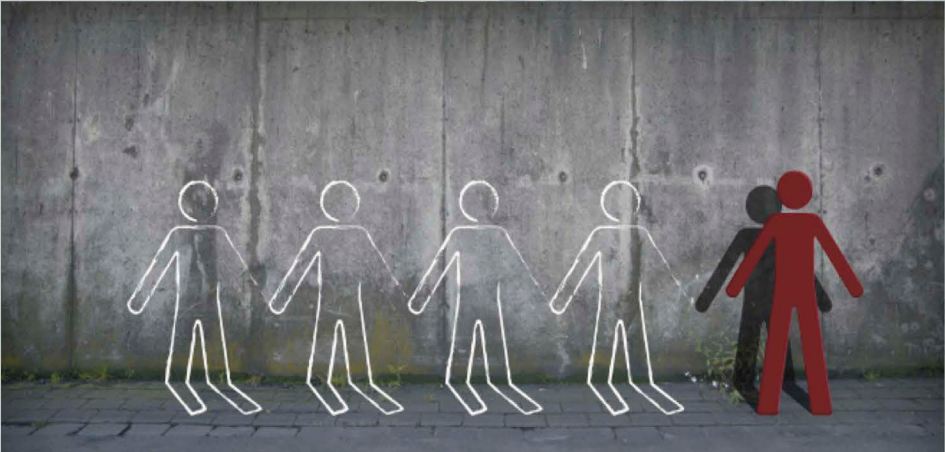
- Atualização e reestruturação do Portal EaD Segen;
- 46 cursos transpostos para a linguagem Html 5;
- Criação de Manuais (Tutor, Aluno, Cadastro Sinesp);
- Criação e edição de Artes gráficas (toda a DEP);
- Criação de um Canal de Divulgação dos cursos EaD da DEP no Telegram;
- Parceria com a INTERPOL para disponibilizar o acesso dos profissionais do SUSP cadastrados no Sinesp aos cursos da plataforma EaD.

TRABALHOS EM ANDAMENTO: PESQUISA NACIONAL DE VITIMIZAÇÃO – PNV

A Diretoria de Ensino e Pesquisa, por meio da Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada, confecciona redação do Termo de Execução Descentralizada - TED com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e realiza ajustes nos prazos das etapas do Plano de Trabalho da Pesquisa Nacional de Vitimização – PNV.

As pesquisas de vitimização são fontes indispensáveis de informações para planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública implementadas em âmbito local e regional, em especial aquelas direcionadas para a prevenção da violência, criminalidade e melhoria na sensação de segurança da população.

O objetivo geral é produzir informações para atender o que a lei estabelece como diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, referente à “atuação com base em pesquisas, estudos e diagnósticos em áreas de interesse da segurança pública” (art. 5o, IX), bem como “estimular a produção e a publicação de estudos e diagnósticos para a formulação e a avaliação de políticas públicas” (art. 6o, VI), ao integrar e compartilhar os sistemas de dados e informações de segurança



O Estudo será implementado em módulos de investigação no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

pública, prisionais e sobre drogas. Objetivos Específicos Promover o levantamento de quantos crimes não foram oficialmente registrados nos órgãos oficiais de denúncia;

Descrever a motivação para a subnotificação de delitos; Identificar o perfil e a espécie de relacionamento entre vítimas e agressores nos casos de subnotificação; Definir parâmetros que possam auxiliar no conhecimento dos custos diretos e indiretos do crime para suas vítimas e para a sociedade de um modo geral;

Compreender as percepções da população sobre o crime, as condições de segurança do território e a eficiência

das instituições policiais; Coletar informações que sirvam de parâmetro para avaliar a eficácia das instituições públicas no controle da criminalidade.

O Estudo será implementado em módulos de investigação no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): 1) Furtos e Roubos; e 2) Sensação de Segurança. O período de execução terá início em janeiro 2021 e término em dezembro de 2021.

Conforme solicitado pelo IBGE, a coleta dos Módulos Furtos e Roubos, e o de Sensação de Segurança na PNADC foi remanejado para o 2o trimestre de 2021 por motivo de continuidade do distanciamento social.

CURSOS

A Coordenação-Geral de Ensino da Diretoria de Ensino e Pesquisa, por meio do Setor Pedagógico (Sped) e do Setor de Criação e Desenvolvimento, juntamente com a Coordenação de Ensino a Distância – Cead e a Coordenação de Ensino Presencial, informam que se encontram em fase de produção/reformulação/atualização quatro cursos com previsão de lançamento nos próximos meses na plataforma de Ensino a Distância –

ORD	CURSO	STATUS	MODALIDADE
1	Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos	Atualização de Conteúdo	EaD
2	Recrutamento e Gestão de Fontes Humanas	Produção de Conteúdo	Presencial
3	Análise de Propaganda e Contrapropaganda	Produção de Conteúdo	Presencial
4	Instrutor de Armamento e Tiro	Fase final de revisão pelo Setor Pedagógico (Sped/Cgen)	Presencial

Rede EaD Segen. Sendo eles: O Setor Pedagógico da Coordenação-Geral de Ensino – Sped/CGEn é responsável por organizar, criar e avaliar as propostas

pedagógicas dos cursos desenvolvidos pela Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública.



CURSO ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DO PROTOCOLO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA EM CRIMES DE FEMINICÍDIO

Lançado na Rede EaD-Segen, o curso visa capacitar os profissionais a identificar as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres (feminicídios), obter experiência internacional nesse campo e reconhecer a importância em elaborar protocolos específicos para investigar os crimes de feminicídios.

Saiba mais acessando:

http://portal.ead.senasp.gov.br/academico/copy_of_editoria-a/aspectos-procedimentais-do-protocolo-nacional-de-investigacao-e-pericia-em-crimes-de-feminicidio.

Coordenação de Ensino a Distância:

Em 2020, foram incluídos na Plataforma EaD 43 cursos;
Em 2020, foram feitas 161.702 matrículas nos cursos EaD;
Em 2020, houve 126.467 aprovações nos cursos EaD.

Coordenação de Ensino Presencial:

Atendimento Pré-Hospitalar – Brasília/DF: 39 aprovados
Combate à corrupção e desvio de recursos públicos
Recife/PE: 50 aprovados
Estágio de Readaptação da Força Nacional de Segurança

Pública – Brasília/DF: 115 aprovados

Metodologia e Técnicas de Ensino – Brasília/DF: 23 aprovados

Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança Pública –
Paulista/PE: 28 aprovados

7ª Edição do Programa de Aperfeiçoamento das Polícias
Judiciárias – Florianópolis/SC: 55 aprovados

8ª Edição do Programa de Aperfeiçoamento das Polícias
Judiciárias – Natal/RN: 39 aprovados

TOTAL: 349 APROVADOS

NÚMERO DE CAPACITADOS

A procura pelos cursos a distância superou a meta em sessenta por cento no ano de 2020. A plataforma registrou 161.702 matrículas no período. A expectativa era de que chegassem a cem mil inscritos em dezembro. Portanto, 61.702 a mais do que previsto.

O número de aprovados também foi recorde. Foram 126.467 certificações no ano passado, que puderam se inscrever em 65 cursos diferenciados disponíveis aos profissionais do Susp cadastrados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp).



Sinesp
Sistema Nacional de Informações de
Segurança Pública

CPF

Senha

Voltar

Entrar

[Pré-Cadastro](#)
[Recuperar Acesso](#)

[Central de Atendimento](#)
[Perguntas Mais Frequentes](#)

EM 2020, FORAM FEITAS
161.702
MATRÍCULAS NOS CURSOS EAD

PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ATIVIDADES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, conformada pela Coordenação de Procedimentos Licitatórios -CPL e pela Coordenação de Contratos e Gestão de Atas – CCGA, apresentou uma evolução significativa de seus resultados, do exercício de 2019 para 2020, a saber:

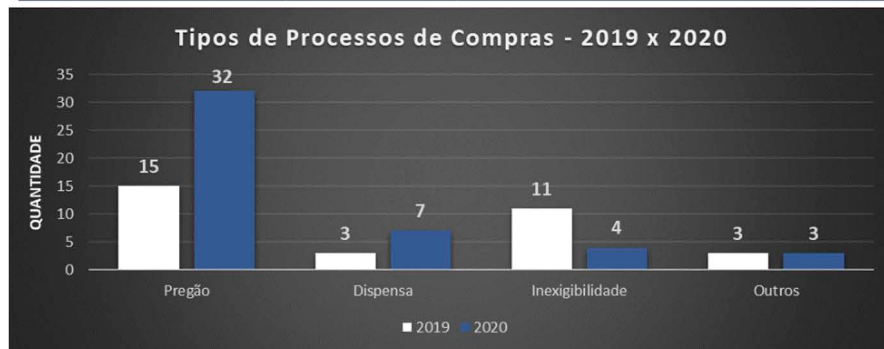
A quantidade de processos de compras concluídos aumentou em 43,75%, saindo de 32 (2019) para 46 (2020), os quais foram executados em conjunto com as unidades da Senasp, Seopi e da própria SEGEN, conforme apresentado no quadro a seguir:

Pertinente ao tipo de processo de compra, houve aumento de 46,67% das aquisições por meio de pregão e redução de 21,43% nas dispensas/inexigibilidades de licitação, conforme evidencia o gráfico ao lado:

Os 32 pregões concluídos em 2020, ensejaram a publicação de 52 Atas de Registro de Preços – ARPs, acessíveis a SENASP e SEOPI e demais integrantes do SUSP, o que implica em um aumento de 271,43%, se comparado ao exercício de 2019, no qual foram registradas 14 ARPs.

A quantidade de novos contratos também experimentou um aumento significativo de 60%, saindo de 65 em

Tipos	Quantidade	Valor
DPSP	11	270.509.165,71
DFNSP	11	105.844.147,85
DIOP	14	78.914.878,09
DINT	9	2.528.022,48
DIGES	1	761.679,00
Total	46	458.557.893,13



Dos processos de compras concluídos, apenas um contrato não teve o seu valor, de R\$ 96.729,20, empenhado em 2020

2019 para 104 contratos firmados em 2020.

Na perspectiva de valores contratados ou empenhados para contratações, o ano de 2020 fechou com cerca de R\$ 458,46 milhões e 2019 com aproximadamente R\$ 137,58 milhões, um aumento de mais de 233%.

Esse volume de processos e de contratações realizadas ou empenhadas para contratação em 2020 foi objeto da otimização dos processos, racionalização da aplicação dos recursos públicos e coordenação junto as unidades demandantes.

Outrossim, cumpre destacar as ARPs publicadas vão ao encontro dos objetivos do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSusp, instituído pela Portaria Ministerial no 669, de 15 de dezembro de 2020, o qual visa racionalizar e centralizar aquisições de equipamentos padronizados (coletes, armas, munições, viaturas, dentre outros) para atender as necessidades dos integrantes do Susp com maior celeridade, melhor qualidade e custos menores (ganho de escala).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGEN

Investimento

+ de 2 bilhões

EXECUÇÃO DE 99,85% DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM 2020



DOTAÇÃO RECORDE E EXCELENTE PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – FNSP

O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP teve execução, no exercício de 2020, de 99,85% do seu orçamento total (LOA+Créditos), que foi de R\$ 2.012.808.989,00 (dois bilhões, doze milhões, oitocentos e oito mil e novecentos e oitenta e nove reais), conforme evidencia o gráfico a seguir:

O percentual de execução de 99,85% é considerando excelente em virtude deste ter sido obtido sobre a maior dotação que o fundo já teve, 3 (três) vezes superior à do exercício anterior, e em um cenário de grandes empecilhos para execução, em virtude da pandemia ocasionada pelo COVID-19.

Este resultado deve-se, dentre outros fatores, a um esforço coordenado entre a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen, Secretaria Nacional



Fonte: Tesouro gerencial (2021)

de Segurança Pública - Senasp e a Secretaria de Operações Integradas – Seopi.

Outrossim, cumpre destacar que o percentual não executado refere-se as economias em licitações, bem como saldos residuais de outras despesas e reservas para emergências.

Devemos ressaltar, também, os resultados obtidos com a aplicação dos

recursos do FNSP, tendo sido gerado um rendimento acumulado de R\$ 16.229.470,96 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e seis centavos), em três meses de aplicação no ano (Out- Dez/2020).

Lembrando que o saldo não utilizado, será mais uma fonte para futura abertura de crédito orçamentário a ser utilizado na segurança pública.

EVOLUÇÃO DE RECURSOS CONSIGNADOS NO ORÇAMENTO X CONVERSÃO EM CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

O volume de recursos apresentados para repasse por meio de instrumentos de transferências voluntárias (convênios e contratos de repasse) teve 98,39% aprovação, o maior percentual da série histórica analisada, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Vale destacar que houve a análise pela aprovação de 14 propostas que totalizavam cerca de R\$ 57,6 milhões, que não foram pactuados em virtude de não haver saldo orçamentário, já que eram propostas oriundas de recursos discricionários (Resultado Primário 2 – RP2) e não ocorreu a destinação ao MJSP pelo Ministério da Economia. Em caso de consideração

desse valor, o volume de recursos pactuados seria ainda maior, cerca de 98,54%.

Considerando que 2019 e 2020 tiveram percentuais de pactuação próximo, é oportuno destacar importantes fatores que tornam o resultado de 2020 ainda mais relevante:

Necessidade de maior esforço administrativo de análise: foram analisadas 257 propostas em 2019 e 374 em 2020, um acréscimo de 45,53%;

Dificuldades impostas pelo cenário de pandemia pela COVID-19: a exemplo da alteração de rotinas de trabalho em virtude da necessidade de migração da

modalidade de trabalho presencial para remoto;

Alteração do fluxo de análise das propostas: com a criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen, por meio do Decreto no 10.379/2020, o processo de análise de propostas passou pela necessária adequação do fluxo de análise, contemplando um esforço coordenado entre a Segen, Senasp e Seopi.

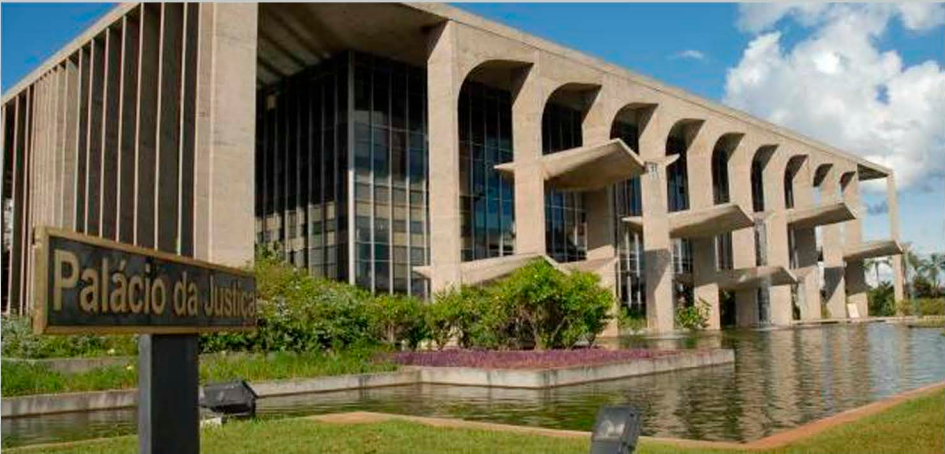
Do ponto de vista de análise administrativo-financeira, o supracitado esforço se deu em maior parte no âmbito da Coordenação de Celebração – COCEL/CGONV e, na perspectiva técnico-finalística, recaiu na Comissão Permanente de Análise Técnica Finalística – CPATF.



PUBLICAÇÕES DE NORMATIVOS PERTINENTES À MODALIDADE DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO

No mês de dezembro de 2020, foram celebrados 54 Termos de Adesão entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e os Estados e o Distrito Federal, para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, aos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública, na modalidade Fundo a Fundo, que perfazem a quantia total de R\$ 755.111.804,00.

Os valores foram repassados aos 27 Entes Federados para aplicação em ações e projetos de segurança pública nos eixos de financiamento definidos pelas Portarias nº 629 e 630, de 27 de novembro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública: Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e Enfrentamento à Criminalidade Violenta, na proporção de 20% para o primeiro eixo e 80% para o segundo eixo, de acordo com os critérios de rateio e percentuais de distribuição definidos na Portaria MJSP nº 607, de 27 de novembro de 2020.



Capacitação é voltada para peritos, agentes de investigação e médicos legistas envolvidos na investigação de crimes contra a mulher

Haja vista o teor da regra disposta nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Portaria nº 607, de 27 de novembro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, os recursos transferidos aos Entes Federados se encontram bloqueados nas contas bancárias vinculadas aos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública, tendo em vista que, excepcionalmente para o exercício de 2020, a celebração do instrumento de pactuação para a transferência dos recursos do FNSP, por meio da modalidade Fundo a Fundo, ocorreu previamente à

aprovação do Plano de Aplicação, tendo as Unidades da Federação o prazo de 30 (trinta) dias, contados da celebração do Termo de Adesão, para a apresentação do Plano de Aplicação para exame e deliberação favorável pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme disposto no art. 2º da Portaria MJSP nº 607, de 2020, de modo que os recursos em epígrafe permanecerão bloqueados até a aprovação dos respectivos Plano de Aplicação pela área competente.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

Conforme preconiza a norma aplicável às transferências voluntárias, a liberação de recursos pelo concedente ou mandatária está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório (art. 41, inciso II, PI 424/2016).

Nesse sentido, durante a gestão da Segen em 2020 (05/06/2020 a 31/12/2020), a Coordenação de Fiscalização e Acompanhamento (COAFI/CGCONV/DIGES) procedeu a análise de 293 processos de execução apresentados pelos convenientes na Plataforma mais + Brasil, sendo 67 rejeições e 226 aceites. Em razão dos aceites, o volume de recursos estimados para repasse ultrapassou R\$ 154,44 milhões e contemplou cerca de 174 convênios.

